

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DO SERTÃO- UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
ARTIGO CIENTÍFICO

CENY WAGNER NUNES DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS MICROEMPRESÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA
TAPERA EM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS**

SANTANA DO IPANEMA-AL
2020

CENY WAGNER NUNES DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS MICROEMPRESÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA
TAPERA EM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas- Unidade Santana do Ipanema como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof. Marcos Igor da Costa Santos.

SANTANA DO IPANEMA-AL
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S586p Silva, Ceny Wagner Nunes da

A percepção dos microempresários do município de São José da Tapera em relação aos tributos / Ceny Wagner Nunes da Silva. 2020. – 26 f.

Orientação: Marcos Igor da Costa Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Contábeis. Santana do Ipanema, 2020.

Bibliografia: f. 23- 24.

Apêndice: f. 25- 26.

1. Carga tributária. 2. Cobranças tributárias. 3. Tributos. I. Título.

CDU: 657

CENY WAGNER NUNES DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS MICROEMPRESÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA
EM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Alagoas - Campus Sertão -
Unidade Santana do Ipanema-AL, como requisito parcial à
obtenção do grau de graduação do Curso de Bacharelado
em Ciências Contábeis.

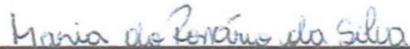


Prof. Marcos Igor da Costa Santos, UFAL (Orientador)

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Josicleide de Amorim Pereira Moreira, UFAL, (Examinador Interno)



Prof.ª Maria do Rosário da Silva, UERN, (Examinador Externo)

RESUMO

O presente trabalho realiza uma pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva com o intuito de entender as concepções dos microempresários do Município de São José da Tapera acerca dos impostos tributários cobrados no Brasil. Para a investigação, foi feito o uso de uma entrevista estruturada na qual foi possível realizar uma interpretação do que foi recolhido e, posteriormente, uma comparação com as estatísticas nacionais que envolvem as dívidas e cobranças tributárias. A amostra contou com 26 entrevistados e, a partir de suas respostas, foi possível compreender o perfil desses microempresários e seus posicionamentos pessoais acerca das cobranças tributárias brasileiras.

Palavras chave: Tributos. Cobranças Tributárias. Carga Tributária.

RESUME

The present work conducts a qualitative, exploratory and qualitative research in order to understand the conceptions of microentrepreneurs in the city of São José da Tapera on tax taxes charged in Brazil. For an investigation, a structured interview was used in which it was possible to carry out an interpretation of what was collected and, later, a comparison with national statistics involving debts and tax collections. A sample reported with 26 interviewees and, based on their answers, it was possible to understand the profile of these microentrepreneurs and their personal positions on Brazilian tax collections.

Keywords: Taxes. Financial education. Tax Burden

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	9
2.2 A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA E OS MICROEMPRESÁRIOS.....	10
2.3 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA COM AS MICROEMPRESAS	13
3 METODOLOGIA	16
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	23
Apêndice 1.....	25

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a pesquisa elaborada pelo SEBRAE juntamente com o DIEESE (2005-2015), no Brasil teve um expressivo aumento dos estabelecimentos de micro e pequenas empresas, alcançando cerca de 6,8 milhões de entidades, tendo um crescimento médio de 2,5% a.a. De 2005 a 2015 adquiriu uma expansão de 27,5%, ou seja, foi criado 1,5 milhão de novos estabelecimentos neste período. Além disso, o IBGE aponta que as micro e pequenas empresas são responsáveis por 27% do PIB do país. Diante disto, percebe-se a importância das micro e pequenas empresas para a economia do país, que reflete diretamente com o desenvolvimento de recursos e a captação de mão de obra em todos os setores de negócios, sejam eles do comércio, indústria ou prestação de serviço.

Segundo Santos, Silva e Neves (2011) as micro e pequenas empresas formam um tipo de sistema de produtividade, que possibilita em uma sociedade a diluição econômica em vários tipos de empreendimentos, exercendo um forte impacto na geração de renda, oferta de empregos e conseqüentemente o fortalecimento econômico.

Sendo evidente a importância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira, torna-se necessário que o microempresário esteja engajado no seu empreendimento, realizando acompanhamento adequado quanto aos princípios que conduzem a empresa, estando atentas as leis que estão vigentes. Com isso, o microempresário precisa estar sempre atento às mudanças, buscando sempre se atualizar e produzir principalmente um trabalho em harmonia juntamente com a sua equipe de trabalho e conseqüentemente com o seu contador, para que juntos possam sempre interpor o que for melhor para a entidade.

Zittei, Lugoboni e Souza (2008) afirmam que fica evidente a importância de mais estudos e pesquisas realizadas nesta área, para contribuir não somente com os estudantes interessados no assunto, mas também para alertar aos contribuintes em geral e principalmente aos micro e pequenos empresários sobre a importância em entender a complexa carga tributária brasileira para que os pequenos negócios sejam geridos da melhor forma possível, contribuindo assim para uma economia positiva que beneficia toda a sociedade.

No Brasil existe uma carga tributária complexa e de taxas elevadas, fator este que proporciona imensas insatisfações diante da classe empresarial em relação aos tributos que lhes são aplicados. Pela falta de esclarecimento, na maioria das vezes se tem uma visão distorcida acerca da arrecadação desses tributos, visto que não acreditam que os mesmos

arrecadados são realmente revertidos em melhorias para a sociedade, o que faz com que a sonegação de impostos seja uma prática corriqueira.

De acordo com Dias (2005) um dos grandes entraves ao crescimento das empresas brasileiras é o complexo sistema tributário, o qual causa um custo financeiro enorme ao contribuinte e ainda, causando a constante insegurança de se estar ou não cumprindo com todas as obrigações exigidas pelo fisco. A carga tributária do Brasil é bastante complexa e no qual é detentor de um custo alto para os contribuintes, que na maioria das vezes tentam burlar o sistema para livrar-se dos tributos que por eles são devidos, ocasionando, no entanto, a corrupção.

Portanto, objetiva-se com este trabalho demonstrar a percepção dos microempresários do Município de São José da Tapera em Relação aos tributos. Ainda, espera-se avaliar quais consequências que a falta desse conhecimento traz para a economia e sociedade local. Dessa forma, a pesquisa foi realizada através de uma entrevista estruturada para a coleta de dados que, posteriormente, resultou nas considerações acerca de como a falta do esclarecimento sobre as cobranças tributárias afetam o desenvolvimento e permanência dessas micro empresas no mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

A carga tributária brasileira é complexa, e envolvem vários fatores que vão além da elevadíssima carga tributária e aos custos que são atribuídos as empresas, refletindo desta forma, nas limitações que interferem no crescimento e desenvolvimento e que são tributados em seus faturamentos e lucros.

A investigação da relação entre parâmetros e a organização jurídica das empresas no Brasil é ferramenta que reforça o consenso já existente sobre a importância desses instrumentos de taxação sobre o comportamento dos agentes econômicos, com intuito de buscar aspectos regulatórios, de apuração, registros e recolhimentos (SANTIAGO e SILVA, 2006).

Os autores frisam a importância e a necessidade da tributação para com as empresas, é claro que com órgãos fiscalizadores e reguladores para que se possa ter a arrecadação de forma correta e que esteja de acordo com o que está imposta na lei.

Assim sendo, afirma que o estado necessita dos contribuintes de acordo com sua capacidade contributiva com a finalidade de atender o bem estar de toda a população e conseqüentemente ao atendimento das despesas públicas (ibidem). Ou seja, as empresas e as pessoas em geral são objetos essenciais para que a tributação alcance seus objetivos, são elementos cruciais que sem eles não existiria melhorias para com a população.

Tabela 1 Carga Tributária Bruta por esfera do governo - Anual 2018 e 2019

	R\$ Milhões		% PIB		Variação (R\$ Milhões)	Variação (p.p. PIB)
	2018	2019	2018	2019		
Governo Central	1.546.017	1.613.670	22,44%	22,24%	67.654	-0,20
Governos Estaduais	587.046	629.125	8,52%	8,67%	42.079	0,15
Governos Municipais	150.623	164.531	2,19%	2,27%	13.908	0,08
Governo Geral	2.283.685	2.407.326	33,15%	33,17%	123.641	0,02

Fonte: STN. Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 4. Nota2: Dados preliminares.

A carga tributária no Brasil é composta pelo total dos **tributos** arrecadados pelas três esferas de governo (União, estados e municípios), assim como pelas entidades do Sistema S (SESI, SENAI, SEBRAE, SENAC, etc.), pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o PIB.

A insatisfação com a carga tributária brasileira tornou-se um discurso frequente na sociedade, pois, o desagrado parte das mais variadas classes de trabalhadores, seja do setor privado ou público. Em ambos, sempre existe certa resistência em se tratando dos tributos.

Percebe-se que a tributação brasileira é um fator que proporciona melhorias e desenvolvimento econômico, mas que, por seus valores exorbitantes, ao mesmo tempo afetam de maneira negativa as empresas, dificultando o ingresso de novos investimentos, causando na maioria das vezes o encerramento das empresas e por fim trazendo inúmeras consequências para a população como um todo.

A alta carga tributária brasileira associada a um complexo sistema que na maioria das vezes tras insegurança para as empresas, faz surgir a impressão de que não se tem o devido retorno que se era de esperar, por exemplos: ter educação de qualidade, saúde, infraestrutura e segurança igualitária para todos. São esses fatores que paralisam as microempresas, pois, muitos microempresários não estão preparados suficientemente para gerir uma gama de informações tributárias de suas empresas.

2.2 A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA E OS MICROEMPRESÁRIOS

Existe um impacto direto em relação aos tributos que são pagos pelas empresas, na qual o Estado detém poder de financiar seus objetivos e que conseqüentemente ocasiona um custo alto para empresa. Atualmente, depara-se com a maioria dos empresários reclamando dos inúmeros impostos que tem para pagar e que não aguentam a pesada carga tributária do nosso país, além é claro das outras várias obrigações impostas pelo governo.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação - IBPT em 2010 revelou que as empresas precisam cumprir 3.422 normas, ou 38.429 artigos, 89.540 parágrafos, 286.296 incisos e 37.660 alíneas, ou o equivalente a 5,9 quilômetros de normas tributárias, acaso impressas em papel A4. Em decorrência desta quantidade de normas, as empresas gastam cerca de R\$ 42 bilhões por ano para manter pessoal, sistemas e equipamentos no acompanhamento das modificações da legislação. (PAULA; COSTA e FERREIRA, 2017).

Percebe-se, que a carga tributária brasileira é complexa e demanda tempo, mão de obra específica e tecnologias para que a empresa possa se enquadrar no sistema tributário, haja vista que são poucas as empresas que aderem a todos os aparatos necessários que dão suporte para que os tributos da entidade possam ser pagos devidamente e que estejam de acordo com as normas, independentemente de serem pequenas, médias ou grandes empresas.

Entende-se que na maioria das vezes os microempresários não querem fazer investimentos na empresa, tais como mão de obra qualificada para gerir a parte tributária de sua empresa, não querem aderir as novas tecnologias que facilitam a aplicação dos tributos de

forma correta, não buscam ter o conhecimento de seus negócios, aplicações de estudos para analisar se o tipo de mercado na qual está inserido tem um bom desempenho financeiro ou até mesmo um planejamento tributário, desta forma, os microempresários sofrem drasticamente com a falta de conhecimento diante de um mercado que está a todo momento se inovando e que é preciso está acompanhando o ritmo acelerado e ao mesmo tempo se adequar para que não fiquem parados no tempo e conseqüentemente possa vim a fechar as portas de sua empresa.

Para as micro e pequenas empresas (MPEs) o impacto da alta carga tributária onera orçamentos e pode mesmo inviabilizar as operações. Dada à relevância das MPEs, que representam 99% dos negócios formais do país (SEBRAE, 2008). Criam empregos e renda, promovem a competitividade e o empreendedorismo, gerando assim, mais eficiência, inovação e produtividade, ameaças à sua sobrevivência refletem diretamente no desenvolvimento econômico nacional. (PAULA; COSTA e FERREIRA, 2017).

Com isto, podemos notar frequentemente o encerramento de empresas por não conseguirem se encaixar no mercado competitivo e conseguir levar seus negócios adiante com a carga tributária vigente, a falta de conhecimento por parte dos microempresários afeta diretamente em seus empreendimentos, dificultando desta forma a duração no mercado de trabalho. Muitos abrem empresas sem ao menos fazer um planejamento detalhado que lhe dará respostas significantes se seus objetivos vão de acordo com a realidade econômica do local.

De acordo com Cunha e Soares (2010) a principal meta do planejamento estratégico é ajudar a empresa a selecionar e organizar os negócios de modo a manter-se saudável, mesmo que eventos inesperados afetem de maneira adversa algum de seus negócios ou alguma de suas linhas de produtos.

Entende-se que é de suma importância para a empresa planejar todas as suas ações, objetivos e metas para que seja possível alcançar bons resultados em sua área de atuação no mercado. Com isso a empresa ganhara capacidade significativa de manter em quaisquer situações financeiras. Por exemplo, se o tipo de empresa que está querendo abrir é viável; qual forma de tributação se encaixa melhor no seu tipo de atividade. São vários fatores que influenciam diretamente no desempenho da entidade e que muitas vezes não se dá a devida atenção a esses pontos cruciais.

A relação entre a carga tributária brasileira e os microempresários, principalmente em cidades pequenas, observa-se que existe uma grande dificuldade de entendimento em relação

a finalidade dos tributos e a sua importância para a empresa e para com a sociedade como um todo.

Machado, Azevedo e Silva (2007) enfatizam que a carga tributária é um dos grandes problemas encontrados pelos microempresários no país. No Brasil, a pesada carga tributária, totalizando 37,37% do PIB em 2005, conforme informações divulgadas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), em agosto de 2006, é um dos principais contratemplos encontrados pelos empreendedores, aliado ao custo elevado das obrigações trabalhistas e previdenciárias, a burocracia enfrentada para a abertura de uma empresa e a baixa intensidade das penas para o sonegador.

Observa-se que diante da relação dos microempresários com os tributos, existe uma lacuna que precisa ser fechada, e que é justamente a escassez do conhecimento; e para que essa falta de informação por partes das empresas possa ser sanada, torna-se necessário uma educação fiscal. É notável nos municípios menores que é difícil encontrar associações comerciais que ajudem uns aos outros nas dúvidas em relação às suas empresas e ainda, não existe um acompanhamento de um profissional para que lhes possam ajudar nas possíveis dificuldades ou na alavancagem de seus negócios.

Por entender que os impostos pagos não são aplicados adequadamente e a ela não retornam em forma de benefícios, para parte da sociedade as obrigações tributárias são fontes de conflito e de insatisfação. A sociedade brasileira, em especial, não acredita que o produto arrecadado está sendo revertido em melhoria das condições de vida da população (GRZYBOVSKI e HAHN, 2006).

Esta relação deficiente trás consequências graves não somente para o município de São José da Tapera, local da pesquisa, mas prejudica o país como todo, pois, a partir do momento em que existe essa dificuldade de entendimento por parte dos microempresários, como contrapartida existe evasão fiscal.

Fabretti (2009) nos explica que a evasão fiscal consiste em prática contrária à lei. Geralmente, é cometida após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, objetivando reduzi-la ou ocultá-la. A evasão fiscal está prevista e capitulada na Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo.

O autor chama atenção para o fato de que se não for seguida a lei, estar-se-ão os empresários indo contra a legislação, mas o que ocorre na realidade é que na maioria das vezes os micro-empresários não têm conhecimentos suficientes para perceberem que estão sonegando impostos, justamente pela falta de conhecimento. Não se pode é claro, provar com veemência que os empresários vão ao contrário do que a lei permite simplesmente por que

não sabem nada sobre as tributações na qual a sua empresa está sendo obrigada a liquidar. Muitos sabem dos tributos e sua importância, e sabem que a sonegação é crime, mas mesmo assim desobedece a lei.

É evidente a falta de comprometimento do governo para com os microempresários, a falta de auxílio, de informações relevantes e necessárias para que essas empresas se alocassem no mercado e não sofressem tanto com essa falta de conhecimento. As informações que os microempresários têm são meramente insuficientes.

Os tributos são tão importantes para o governo quanto para a própria empresa, pois, seu entendimento torna-se de suma importância para a sobrevivência da entidade e beneficia o sistema econômico do país como um todo, mas nos deparamos com situações extremamente diferentes onde o microempresário brasileiro está desacreditado do sistema governamental, do sistema tributário, situação econômica atual não muito agradável, por fim faz surgir diferenças de interesses, pois as microempresas quase que não conseguem trabalhar em conjunto com o governo e os anseios e objetivos acabam divergindo.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA COM AS MICROEMPRESAS

Entende-se por planejamento tributário uma ferramenta que auxilia na redução da tributação que são pagos pelas empresas, e que para isso precisa-se de conhecimentos e técnicas especializadas dos gestores que são responsáveis pelas decisões estratégicas da entidade, ou seja, é uma ferramenta que ajuda a empresa a diminuir os tributos de forma sem burlar a lei.

Marcello, Souza e Pietraszek (2013) salientam que a natureza ou essência do Planejamento Fiscal ou Tributário—consiste em organizar os empreendimentos econômico-mercantis da empresa, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas capazes de bloquear a concretização da hipótese de incidência tributária ou, então, de fazer com que sua materialidade ocorra na medida ou no tempo que lhe sejam mais propícios. Trata-se, assim, de um comportamento técnico-funcional, adotado no universo dos negócios, que visa excluir, reduzir ou adiar os respectivos encargos tributários.

No Brasil existem inúmeras empresas que se encontram em situações de risco, pois, devido à falta de planejamento tributário essas empresas não conseguem ficar por muito tempo inseridas no mercado de trabalho, consequência disto é o encerramento precoce de suas atividades.

O planejamento tributário por sua vez tem grande importância para que a entidade permaneça inserida no mercado de trabalho, ajudando desta forma na alavancagem dos negócios, o aumento significativo de investimentos e conseqüentemente a diminuição dos tributos, trazendo desta forma benefícios a curto ou a longo prazo para as empresas.

Vello e Martinez (2014) nos explicam que a gestão tributária talvez possa incrementar o arsenal de competitividade das organizações modernas, como ferramenta importante ao planejamento estratégico das firmas, tendo em vista o oneroso custo tributário atual e, ainda, uma fiscalização cada vez mais ativa, aparelhada e eficiente.

Percebe-se que os empresários da atualidade, visam somente o lucro, e muitas vezes deixam de planejar quais as formas e meios irão utilizar para que realmente se beneficiem desse lucro, pois, muitos se frustram porque não tiveram resultados satisfatórios. O que acontece na maioria das vezes é simplesmente a falta de planejamento, e que muitos não sabem se planejar, fazendo com o que fiquem em um patamar relativamente desagradável em relação a competitividade.

Em relação a isto, poucas empresas se encontram em situação confortável no aspecto financeiro, justamente por não ter um bom planejamento, seja financeiro, tributário ou estratégico (MARCELLO; SOUZA E PIETRASZEK, 2013).

Fabretti (2006) o planejamento tributário nas microempresas assegura o correto cumprimento das obrigações fiscais, destacando a importância da redução da carga tributária no país e prevendo alternativas de escolhas lícitas que conduzem ao resultado fiscal das microempresas aos resultados desejados.

São fatores críticos que merecem toda uma atenção cuidadosa em relação da importância que o planejamento tem, seja para pequenas, médias ou grandes empresas, vale ressaltar que as microempresas necessitam de uma atenção redobrada, pois são elas que predominam e ajudam a alavancar a economia do país segundo estudos do SEBRAE juntamente com o DIEESE (2005-2015).

No contexto atual, os tributos exercem uma função importante e relevante para que as entidades possam se manter no mercado de trabalho, o planejamento tributário apresenta-se como um instrumento de extrema importância para a construção de uma entidade eficaz e que permaneça fortalecida.

Existe uma gama de microempresas que não fazem orçamento tributário, muitas por nem ao menos saber do que se trata, outras pelo fato de simplesmente acharem que não é necessário para sua empresa, pois são esse um dos motivos de a maioria não conseguir se manter no mercado.

Atualmente saber se planejar torna-se quase que um meio de sobrevivência para as empresas, sendo assim, torna-se de suma importância, independentemente de ser pequena, média ou de grande porte, a concretização de um planejamento tributário para que guie a empresa de forma correta e que consiga permanecer no mercado, evitando consequências drásticas.

3 METODOLOGIA

Ao compreender as estatísticas acerca da realidade das microempresas no Brasil, percebe-se que há uma falha na organização dos bens e lucros que as mesmas dirigem. Dessa forma, o que desejamos verificar através dessa pesquisa é se esse cenário está relacionado a uma deficiência na educação financeira no que se refere às estratégias financeiras para lidar com as questões tributárias brasileiras.

Frente a isso, esta pesquisa busca compreender qual a noção básica, por parte desses sujeitos, acerca dos tributos e das obrigações fiscais que os mesmos possuem em relação ao pagamento destes.

A metodologia do artigo é de caráter quantitativa, e também exploratória e descritiva, seguindo a ideia de Vergara (2009) ao propor que as pesquisas exploratórias aplicam-se a fim de realizar uma compreensão do fenômeno ocorrido em um determinado contexto. Junto a isso, a entrevista também faz uso da escala Likert¹ em suas perguntas fechadas, de modo a verificar o nível de satisfação dos entrevistados diante das afirmações. Posto isso, as afirmações foram propositalmente elaboradas de modo a corroborar com os demais questionamentos presentes nas entrevistas. De acordo com MALHOTRA, 2001 *apud* ANTONIALLI *et al.* 2016

Likert é uma escala de classificação amplamente utilizada, na qual se atribui a cada afirmação um valor numérico que vai de 1 a 5 ou de -2 a +2. Cada respondente tem um escore final atribuído ao somatório de pontos que obter nas alternativas, ou seja, os respondentes são solicitados a informarem o grau de concordância/discordância, na qual a cada célula de resposta é atribuído um número que reflete a direção da atitude de cada afirmação. A pontuação total da atitude de cada respondente é dada pela somatória das pontuações obtidas para cada afirmação.

Assim sendo, após a pesquisa bibliográfica, será realizada uma pesquisa em campo na qual haverá a aplicação de questionários para a coleta de dados. Dessa maneira, a pesquisa também se enquadra em uma abordagem qualitativa pelo fato de se analisar criticamente e interpretar os dados que foram coletados para se chegar a uma conclusão.

Conforme já mencionado, instrumento utilizado para a realização da coleta de dados será a entrevista (apêndice 1). A mesma, após ser submetida a um 'pré-teste' na qual foi validada pelo orientador deste trabalho, resultou na em uma estrutura de 3 seções, contendo perguntas gerais (com o objetivo de identificar o perfil dos entrevistados) e específicas (abertas e fechadas) nas quais terão como foco a compreensão acerca dos conhecimentos

¹ Segundo Bernstein (2005) *apud* Anoniali *et al.* (2016) a escala Likert foi batizada em homenagem a seu criador Rensis Likert (1903-1981) que também é conhecida como escalas de avaliação somadas porque a pontuação da escala é uma simples soma das respostas sobre os itens (BERNSTEIN, 2005).

tributários e suas opiniões pessoais sobre os níveis de satisfação em relação as cobranças tributárias brasileiras e sobre o lucro financeiro anual obtido por suas microempresas.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A presente seção se dedica a descrever e interpretar as respostas obtidas através do questionário elaborado com a finalidade de entender as concepções dos microempresários residentes no município de São José da Tapera. A amostra contou com 26 entrevistados que variaram entre 23 e 58 anos.

Dos entrevistados, 3 deles possuem Ensino Fundamental completo, 12 o Ensino Médio completo e 1 o Ensino Médio incompleto, 3 possuem Ensino Superior completo, 3 o Ensino Superior Incompleto e 3 possuem pós-graduação. Além destes, 1 entrevistado afirmou não possuir escolaridade.

Conforme já descrito neste trabalho, o questionário dividiu-se em 3 seções. Nessas, o objetivo foi o de, respectivamente, entender o perfil desses microempresários, seu esclarecimento acerca do tema abordado na pesquisa e o nível de satisfação também sobre os tributos e suas influências em sua empresa.

Na primeira seção, que objetivou entender, mesmo que parcialmente, o perfil dos microempresários e sua empresa, notou-se que a quantidade de funcionários variam entre 0 e 3 empregados.

De acordo com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituída em 2006, uma microempresa do setor do comércio pode ter até 9 empregados e as do setor da indústria, até 19 empregados. Diante disso, percebe-se a distancia entre o limite de funcionários que essas empresas possuem em comparação ao que se é permitido a elas por lei.

Através dos resultados obtidos pela pesquisa, os números podem ser interpretados enquanto uma falha no crescimento dessas empresas e que são explícitas, inclusive, nas respostas relacionadas aos conhecimentos dos empresários acerca dos impostos tributários. A partir disso, passamos aos resultados relacionados a relação entre a quantidade de funcionários e as respectivas respostas dos microempresários sobre a pergunta de número 4 da seção 2: “A sua empresa possui um profissional que se dedica às questões financeiras da empresa ou vocês terceirizam esse serviço?”. A partir das respostas, observamos que os microempresários que possuem a quantidade mais elevada de funcionários (3) dizem possuir uma pessoa (terceirizada ou não) que se dedica às atividades financeiras da empresa.

Com relação ao crescimento que essas empresas vêm alcançando, percebe-se que as respostas demonstram que não há uma real evolução, no que se refere ao desenvolvimento nestas microempresas. Além disso, pode-se perceber, através de duas das perguntas presentes no questionário, que as respostas se contradizem. Isso porque, na amostra, 21 dos 26

entrevistados afirmam possuir um profissional especializado ou terceirizado que se dedica às questões tributárias de suas empresas, no entanto, quando questionados sobre se suas empresas possuem orçamento tributário, os entrevistados, em sua maioria, não sabem do que se trata ou afirmam não possuir, totalizando apenas 3 desses que possuem esse orçamento em suas microempresas, confirmando, dessa forma, o que é dito por Marcello, Souza e Pietraszek (2013) ao afirmarem a importância de um planejamento financeiro dentro das microempresas.

Sobre a relação das cobranças tributárias e os prejuízos das empresas, temos um total de 23 entrevistados que sinalizaram positivamente para a pergunta de número 05 “Na sua concepção, as cobranças tributárias corroboram para que haja prejuízo financeiro na sua empresa?”. Diante dessas respostas, é cabível também notar que a maioria das obtidas na pergunta 01 “O que você entende sobre as cobranças tributárias no Brasil?” quase

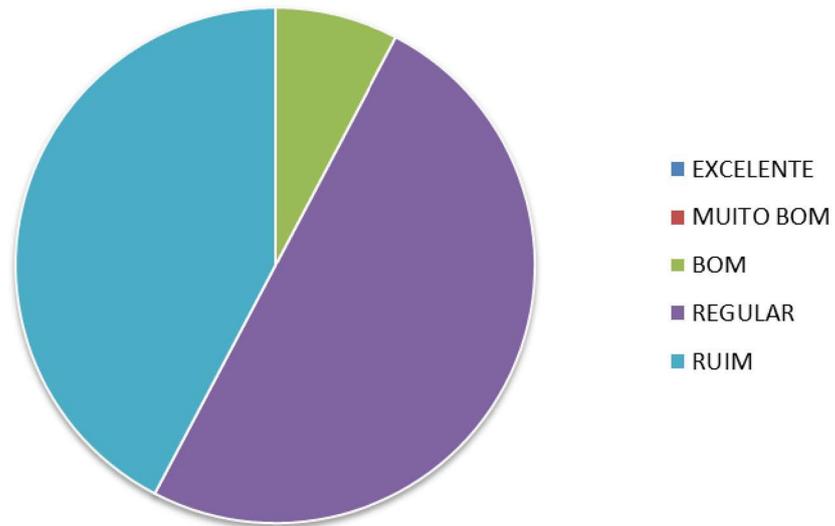
repostas

que maioritariamente (24) não correspondem a um entendimento claro acerca do que realmente são essas cobranças.

Assim sendo, de modo abrangente, a maior parte da amostra aqui trazida não possui um esclarecimento sobre as cobranças tributárias brasileiras. Alguns, inclusive, afirmam que as mesmas são motivo de prejuízos em seus negócios, impedindo o lucro e o crescimento.

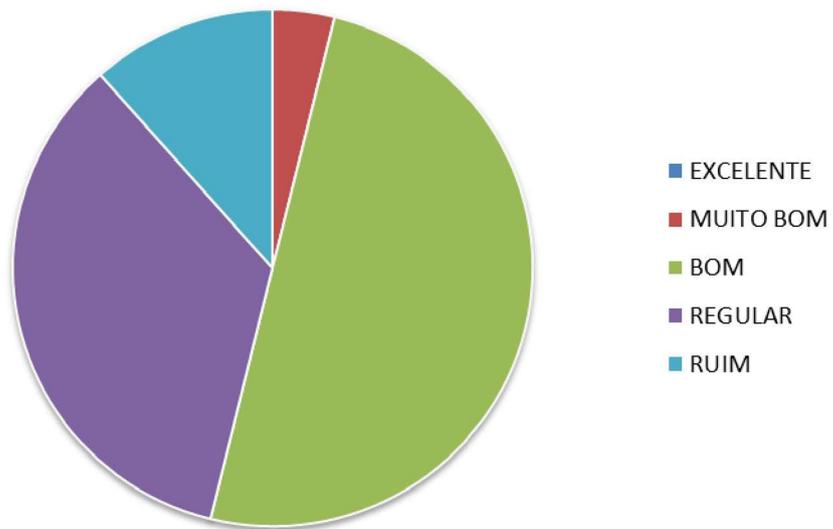
Tratando sobre o nível de satisfação dos microempresários em relação às cobranças tributárias brasileiras, as perguntas do questionário foram elaboradas conforme a escala Likert, na qual foi possível, através de respostas fixas, determinar o nível de concordância dos entrevistados. Para uma exposição mais organizada e compreensiva, elaboramos um gráfico correspondente ao posicionamento dos mesmos:

1. Satisfação com relação às cobranças tributárias brasileiras:



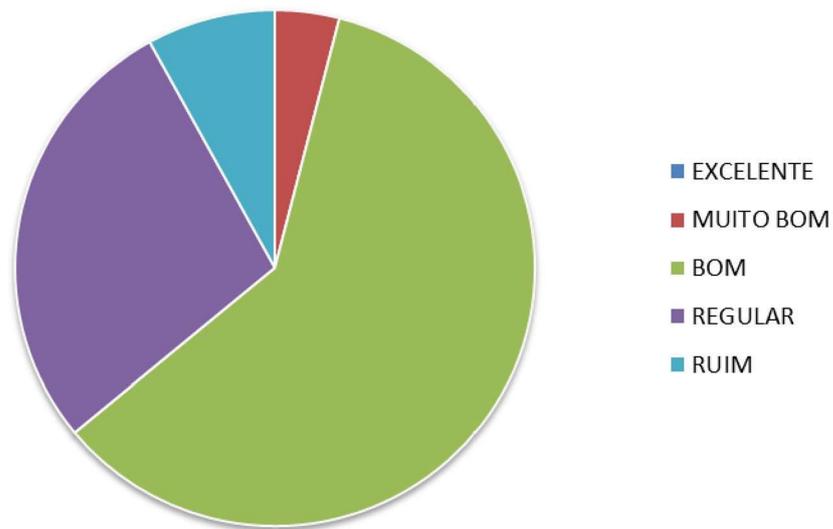
Fonte: elaboração própria.

2. O lucro obtido por sua empresa no último ano foi:



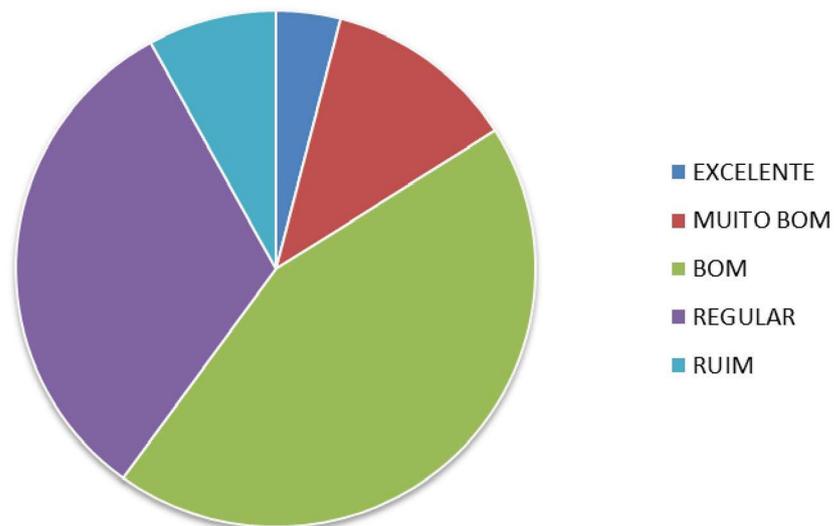
Fonte: elaboração própria.

3. Seu posicionamento acerca da estabilidade financeira da sua empresa:



Fonte: elaboração própria.

4. Nível de crescimento (tecnológico e de infraestrutura) obtido por sua empresa desde que inaugurou:



Fonte: elaboração própria.

Pautando as respostas gerais dos entrevistados, nesta última seção destacamos que as 3 perguntas que correspondiam ao nível de satisfação com relação ao crescimento e desempenho das empresas, a maioria das respostas foram medianas, ou seja, estiveram no meio termo correspondendo a “bom”. Por outro lado, quando tratou-se do nível de satisfação sobre as cobranças tributárias brasileiras, obtivemos quase que majoritariamente as opções “regular” e “ruim”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o primeiro dado a ser destacado referente às respostas do questionário é que grande parte dos microempresários do Município de São José da Tapera não possuem um esclarecimento acerca das cobranças tributárias do país. Além disso, assemelhando à afirmativa de Machado, Azevedo e Silva (2007), os microempresários se dizem prejudicados com essas cobranças dos tributos do país.

Explicita-se dessa forma, que os microempresários não possuem um esclarecimento acerca do tema, além de enxergarem os tributos apenas como uma cobrança desnecessária e que prejudica o desenvolvimento financeiro e estrutural de suas microempresas.

Assim sendo, de modo abrangente, a pesquisa torna-se de grande relevância, pois possibilita que setores e pesquisadores que se dedicam às questões que envolvem o desenvolvimento dessas empresas compreendam o perfil desses microempresários e os seus posicionamentos acerca das cobranças tributárias brasileiras, respondendo a perguntas que envolvem o porquê do baixo desenvolvimento das microempresas desse município que, conseqüentemente, influencia diretamente no crescimento econômico local. Por conseguinte, pesquisas futuras podem utilizar essa amostra como subsídio para complementar suas buscas abrangentes sobre a temática envolvendo os microempresários de São José da Tapera.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO DO TRABALHO NA MICRO E PEQUENA EMPRESA. São Paulo: **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**, 2017-ISSN 1983-2095. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2012/anuarioSebrae.html>>. Acesso em 12/08/2018.
- ANTONIALI, F; ANTONIALI, L; ANTONIALI, R. **Usos e abusos da escala likert: estudo bibliométrico nos anais do enanpad de 2010 a 2015**. Anais do Congresso de Administração, Sociedade e Inovação - CASI 2016 - ISSN: 2318-698 | Juiz de fora/MG - 01 e 02 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328028118_Usos_e_abusos_da_escala_likert_estudo_bibliometrico_nos_anais_do_EnANPAD_de_2010_a_2015>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2020.
- ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS- EGEPE, 8., 2014, Goiânia, **A Percepção dos Micro-Empresários da Cidade de São Paulo Quanto ao Sistema Tributário Brasileiro**. Goiânia, GO: Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2014. Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema12/291.pdf>> Acesso em: 06/09/2018.
- EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA. São Paulo: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, -v. 2, n. 1, p. 22-41, 2006.
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**- 11. ed.-São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/download/20/19> Acesso em: 10/02/2019.
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 10.ed. São Paulo. Atlas. 2006.
- GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. G. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 841-864, 2006.
- MACHADO, D. G.; AZEVEDO, T. P.; SILVA, R. P. **O impacto gerado pela tributação no Empreendedorismo**. Porto Alegre, RS, v. 7, n. 12, 2º semestre 2007-ISSN: 1676-6016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/11166/6609>> . Acesso em: 27 de janeiro de 2019.
- MARCELLO, I. E.; SOUZA, D. B.; PIETRASZEK, N. Planejamento tributário: um estudo de caso em uma empresa do ramo de auto peças. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, v. 3, n. 2, p. 252-268, 2013.
- PAULA, R. M.; COSTA, D. L.; FERREIRA, M. P. A Percepção da Carga Tributária nas Micro e Pequenas Empresas antes e após o Simples Nacional. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 11, n. 1, p. 34-51, 2017.
- PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EFICIENTE: UMA ANÁLISE DE SUA RELAÇÃO COM O RISCO DE MERCADO. Florianópolis: **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 2014- ISSN 2175-8069.

SANTOS, L. M. D.; SILVA, G. M.; NEVES, J. A. B. Risco de sobrevivência de micro e pequenas empresas comerciais. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, SP, v. 5, n. 11, art. 6, p. 107-124, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34788/37526>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

SOARES, T; CUNHA, A. **Aspectos relevantes do planejamento no crescimento das micro e pequenas empresas (mpe)**. Campo Limpo Paulista SP: Revista da Micro e Pequena Empresa, 2010 - v.4, n.3, p.15-39 – ISSN 1982-2537.

TRINDADE, M. A. B; NUNES, M. B. P; LINHARES, T. S.; TEIXEIRA, R. M., RACE, **Gestão do Capital de Giro em Micro e Pequenas Empresas**, Presidente Prudente, SP, v. 9, 1-2, p. 231-250, jan./dez. 2010. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/14390446-Gestao-do-capital-de-giro-em-micro-e-pequenas-empresas.html>> Acesso em: 25 de agosto 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

ZITTEI, M. V.; LUGOBONI, L. F.; SOUZA, R. C. **A Percepção dos Micro-Empresários da Cidade de São Paulo Quanto ao Sistema Tributário Brasileiro**. In: VIII ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS-EGEPE, 8., 2014. Goiânia – GO. Anais. Goiânia: EGEPE, 20.

Apêndice 1

Roteiro da entrevista

Seção 1- Perguntas Gerais

Idade	Cargo	Nível de escolaridade	Porte da empresa	Total de funcionários

Seção 2- Perguntas Específicas

1. O que você entende sobre as cobranças tributárias no Brasil?
2. Você acha que essas cobranças são negativas ou positivas?
3. A sua empresa possui orçamento tributário?
4. A sua empresa possui um profissional que se dedica às questões financeiras da empresa ou vocês terceirizam esse serviço?
5. Na sua concepção, as cobranças tributárias corroboram para que haja prejuízo financeiro na sua empresa?
6. A empresa costuma realizar investimentos anuais, tais como: investimentos tecnológicos, de infraestrutura e capacitação para funcionários?

Seção 3- Nível de satisfação

1. Satisfação com relação às cobranças tributárias brasileiras:

Excelente	Muito bom	Bom	Regular	Ruim

2. O lucro obtido por sua empresa no último ano foi:

Excelente	Muito bom	Bom	Regular	Ruim

3. Seu posicionamento acerca da estabilidade financeira da sua empresa:

Excelente	Muito bom	Bom	Regular	Ruim

4. Nível de crescimento (tecnológico e de infraestrutura) obtido por sua empresa desde que inaugurou:

Excelente	Muito bom	Bom	Regular	Ruim